



Não Queira
No Seu, Que
XII SEMANA
UNIVERSITÁRIA

**Diversidade,
Inclusão e
Transformação Social**

MORALIDADE E PERCEPÇÕES DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE O ABORTAMENTO LEGAL EM CASO DE ANENCEFALIA FETAL

Letícia De Alencar Oliveira ¹

Vitória De Alencar Oliveira ²

Nilson Simões Guedes Neto ³

Camila Chaves Da Costa ⁴

RESUMO

Introdução: O abortamento nos casos de anencefalia fetal, expressamente respaldado de forma jurídica pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, suscita debates bioéticos e legais cruciais no campo da saúde coletiva e obstétrica. Compreender tais dinâmicas é fundamental para qualificar o cuidado em saúde. **Objetivo:** Analisar as percepções e os padrões de raciocínio moral de acadêmicos do curso de graduação em enfermagem frente à interrupção legal da gravidez, avaliando o caso hipotético de Jussara, uma gestante diagnosticada com anencefalia fetal. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de delineamento transversal e abordagem quantitativa, realizado nos campi da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no estado do Ceará, com 111 estudantes de Enfermagem, independente do semestre. A coleta de dados empregou o questionário estruturado Mosaico de Opiniões Sobre o Aborto Induzido (MOSAI), teoricamente fundamentado na Teoria do Desenvolvimento Moral de Piaget e Kohlberg. A análise de dados baseou-se em estatísticas descritivas, abrangendo medidas de tendência central e dispersão. O estudo cumpriu todos os preceitos éticos da Resolução nº 466/12, sendo aprovado pelo Comitê de Ética sob o parecer 8.371.895. **Resultados:** Evidenciou-se que a expressiva maioria dos estudantes universitários posiciona-se de modo fortemente favorável ao direito legal à interrupção da gestação (média 5,86; mediana 7,00) e também à garantia desse procedimento pelo Sistema Único de Saúde (média 5,97; mediana 7,00). Por outro lado, observou-se uma adesão apenas moderada no que tange à aceitação pessoal para realizar diretamente a intervenção assistencial (média 3,22; mediana 4,00). Notou-se, ainda, que os discentes fundamentam seus juízos morais prioritariamente no respeito à autonomia reprodutiva da mulher, na compreensão da laicidade do Estado, no alívio do sofrimento parental e na dignidade humana. **Conclusões:** Conclui-se que os futuros profissionais de enfermagem avaliados demonstram notável consonância com as atuais prerrogativas legais e os princípios bioéticos vigentes. No entanto, a nítida disparidade entre a aceitação intelectual do direito e a prontidão para executar o ato prático evidencia a necessidade contínua de aprimoramento curricular e da capacitação ética voltada aos direitos reprodutivos. Agradeço à Unilab pelo financiamento da pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Grande área do CNPq: Ciências da Saúde.

Apoio Financeiro: UNILAB/PIBIC-IC.

Em que medida o meu trabalho contribui para "Diversidade, Inclusão e Transformação Social"?

O estudo contribui diretamente ao problematizar e ajudar a desconstruir os estigmas morais profundamente enraizados no cuidado à saúde sexual e reprodutiva. Além disso, valoriza a pluralidade cultural e subsidia uma formação profissional estruturada em bases críticas, equitativas e humanizadas, promovendo a defesa dos direitos fundamentais e o cuidado integral às mulheres do SUS.

Palavras-chave: Aborto Legal; Anencefalia; Ética em Enfermagem; Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto da ciências da saúde, Discente, leticiaalencarliveira@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, Ics, Discente, vitoryaholiveira@gmail.com²

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto das ciências exatas e matemática, Discente, nilson_neto333@hotmail.com³

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto da ciências da saúde, Docente, camilachaves@unilab.edu.br⁴